

Questões teóricas e metodológicas na pesquisa recente sobre as grandes cidades: notas para reflexão

Tanya M. de Barcellos*
Rosetta Mammarella**

As mudanças econômicas assumem estatuto fundamental no conjunto das grandes transformações em curso, nos últimos anos, em nível mundial, tendo em vista sua repercussão nas demais áreas da sociedade, interferindo e alterando as estruturas políticas, sociais, culturais e simbólicas e repercutindo nas diversas escalas geográficas, alcançando desde o âmbito nacional até o local.

No contexto da nova correlação de forças que se estabelece sob a égide da ideologia neoliberal, questões centrais como redistribuição da renda, políticas sociais e direitos humanos tendem a ser minimizadas ou secundarizadas em favor das forças que sustentam a acumulação, com fortalecimento do capital financeiro-especulativo frente ao capital produtivo. As políticas neoliberais desempenham papel de instrumentos facilitadores do livre jogo do mercado e da acumulação-reorganização do capital e, por força da ideologia, que se encarrega de alimentar o senso comum, são apresentadas com uma aparência de inevitabilidade (Coraggio, 2000).

Nesse processo de rearticulação, as grandes metrópoles mundiais, cidades globais¹, assumem papel fundamental, enquanto sedes dos organismos de ges-

* Socióloga, Técnica da FEE.

** Filósofa, Técnica da FEE.

¹ A discussão que se desenvolve atualmente sobre as grandes cidades mundiais, ou cidades globais, está centralizada nas teses de Sassen (1998), envolvendo, fundamentalmente, Nova Iorque, Londres e Tóquio. Porém outras cidades vêm sendo consideradas nesse rol, e a discussão abre-se para dois pontos: quais são efetivamente as cidades que podem ser chamadas de globais? E, sobre os efeitos polarizadores no nível das estruturas sociais e dos espaços urbanos, eles não estariam ocorrendo em outras grandes cidades, mesmo fora desse circuito global? É importante, portanto, delimitar as diferentes dimensões do urbano que estão envolvidas na polêmica. Assim, temos as cidades globais, que são os centros fundamentais nos novos circuitos do capital, e as metrópoles, ou grandes cidades em geral, que constituem as concentrações urbanas que podem ser encontradas em vários países, como são exemplos, na América Latina, as cidades do México, de Buenos Aires, de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em relação à hierarquia urbana do Brasil, a noção de metrópole vem sendo estendida para o que conhecemos como áreas metropolitanas.

tão dos grandes capitais e dos centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e pontos nodais nos novos circuitos do capital. Do ponto de vista social, essas cidades são descritas como *locus* de um movimento crescente de polarização entre ricos e pobres, entre incluídos e excluídos, em que desapareceria a oposição de classes como fator central de segmentação social. Tal perfil estaria associado aos efeitos da reestruturação produtiva no mercado de trabalho, que produziria o crescimento do Setor Terciário, a modernização e retração do Secundário, e um “encolhimento” das classes médias, tendendo a estrutura social a se polarizar entre camadas privilegiadas, qualificadas e bem remuneradas, e segmentos mal remunerados e sem qualificação, configurando uma estrutura social no formato de ampulheta.

No Brasil, tivemos, como consequência dessa nova etapa de desenvolvimento do capitalismo, o enfraquecimento do poder do Estado, que, frente às exigências do ajuste neoliberal, tem se orientado no sentido de concentrar a ação no estabelecimento de políticas monetárias, na aceleração dos processos de privatização, na imposição de medidas de arrocho salarial e na contenção dos gastos sociais. Segundo Oliveira (2000), o modo como a política econômica vem sendo conduzida no País implicou, tal como ocorreu na Argentina e no México, “abdicar da soberania do Estado Nacional”.

Como resultado, houve uma redefinição da correlação de forças entre as classes sociais e uma crise de poder, associada ao papel que a burguesia nacional vem desempenhando, muito mais articulada com os interesses estrangeiros do que em períodos precedentes, o que explica, conforme Oliveira (2000), a sustentação que ela tem dado para a realização do projeto neoliberal, cujos efeitos imediatos vêm se traduzindo em uma série de problemas, como o aumento sistemático do desemprego, o fechamento de postos de trabalho, o empobrecimento relativo da população e a ausência de políticas sociais em áreas fundamentais, como saúde e habitação.

O alinhamento incondicionado ao projeto neoliberal e ao modelo hegemônico de globalização, com seu caráter inquestionavelmente excludente, associado à ausência de um projeto de desenvolvimento alternativo, integrador da sociedade, vem produzindo efeitos na estrutura social, alterando a hierarquia social e ampliando as desigualdades. Na dinâmica urbana, os mecanismos do projeto neoliberal produzem novas transformações no modo de apropriação e de organização do espaço, especialmente nas metrópoles e nas grandes cidades, que cada vez mais se configuram como espaços socialmente fragmentados (e/ou segregados). O aprofundamento das distâncias sociais, por sua vez, vem expondo fissuras no tecido social e apontando um crescimento e acirramento dos conflitos, trazendo dificuldades no estabelecimento de consensos e problemas de governabilidade nessas aglomerações.

Essas idéias constituem a referência a partir da qual desenvolvemos a reflexão que estamos colocando em discussão nessas notas. As questões que levantamos dizem respeito aos efeitos da globalização e da reestruturação econômica na configuração social e espacial das metrópoles. Nesse sentido, perguntamos se é possível afirmar que o aumento das desigualdades que se observa nas grandes áreas urbanas se encaminha, inexoravelmente, para uma polarização social, acompanhada de características de segmentação espacial. E, de modo correlacionado, podemos sustentar a idéia de que as alterações sócio-espaciais que estão aí ocorrendo foram produzidas como consequência imediata e direta desses processos? E, ainda, como essas tendências podem ser encontradas em cidades e em metrópoles de diferentes dimensões e grau de importância?

Tais indagações serviram de fio condutor para as considerações que faremos neste texto, no sentido de refletir sobre alguns dos pressupostos teóricos e metodológicos que orientam as pesquisas comparativas sobre as desigualdades sócio-espaciais nas metrópoles do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, coordenadas pelo Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, vinculado ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).² Visamos, também, realizar uma discussão acerca das possibilidades interpretativas desses pressupostos no que diz respeito à compreensão da estratificação sócio-espacial no contexto das mudanças decorrentes dos processos de reestruturação produtiva e de globalização. Mais especificamente, essas notas traduzem nossa preocupação em esclarecer alguns pontos cruciais que identificamos na discussão que perpassa a pesquisa em andamento sobre a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), que integra a rede de investigação coordenada pelo IPPUR/UFRJ.³

A questão com que estamos envolvidas é polêmica, encerrando diferentes enfoques sobre a problemática metropolitana. Nosso propósito não é entrar na discussão polemizando, mas apontar os principais argumentos que integram o debate e levantar alguns pontos que consideramos importantes em relação aos fundamentos que orientam a investigação sobre a RMPA. De um lado, para se

² O Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (Observatório), constituído em 1994, a partir de um convênio firmado entre o IPPUR e a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), desenvolve um amplo programa de investigação sobre os impactos da reestruturação produtiva e da globalização econômica nas grandes cidades, em cooperação com instituições nacionais e internacionais e com apoio do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex 97), do Ministério de Ciência e Tecnologia. Os primeiros resultados das pesquisas em andamento sobre o Rio de Janeiro e São Paulo demonstram uma realidade bastante complexa em relação às mudanças na estrutura social, colocando em discussão as tendências de dualização social (Ribeiro, 2000).

³ Sobre os primeiros resultados empíricos dessa pesquisa, ver Mammarella, Barcellos, Koch (2001).

entender o modo como se estrutura a sociedade, partimos do princípio da centralidade da categoria **trabalho**, o que nos levará a tecer algumas considerações a respeito da “velha” discussão sobre as classes sociais. De outro, somos instigadas a refletir sobre o papel da pesquisa empírica como instrumento valioso para testar algumas das hipóteses teóricas que se encontram no bojo das discussões sobre o futuro das metrópoles, o que nos conduz a desenvolver alguns comentários sobre o principal substrato empírico do estudo, que é a construção de categorias sócio-ocupacionais, entendidas enquanto *proxy* da estrutura social.⁴

A exposição está organizada em três partes: na primeira, são apresentados os argumentos sobre os impactos sociais e espaciais da globalização, centrando o foco na hipótese da *global city*; na segunda, a abordagem recai sobre o significado, a abrangência e os limites das noções de espaço social e de divisão social do espaço, centrais na pesquisa, numa leitura que tem por parâmetro o conceito de classe social; na terceira e última parte, são apresentados os principais elementos relativos às técnicas de construção das categorias sócio-ocupacionais e alguns problemas relacionados com os dados empíricos, enquanto elementos capazes de nos aproximar da complexa realidade configurada na estrutura social metropolitana.

Globalização, sociedade e cidade

As discussões sobre os impactos sociais e espaciais das transformações econômicas que acompanham a globalização convergem para a tese da *global city* (Sassen, 1998),⁵ cuja hipótese central é a existência de nexos estruturais entre as mudanças em curso na economia e a intensificação da dualização social.⁶

⁴ Em nosso esforço de levantar questões para estudar a RMPA, deparamo-nos com dificuldades que advêm das características dos instrumentos que podem ser usados para aferir empiricamente os impactos sócio-espaciais produzidos pelas recentes mudanças, levando em conta a carência de dados disponíveis, atualizados e que apresentem características de comparabilidade entre diferentes regiões. A alternativa mais adequada foi a de trabalhar com os dados dos Censos Demográficos, apesar das suas limitações e da defasagem no tempo. Por essa razão, as técnicas de levantamento das informações relevantes para a análise da estratificação social também se revestem de algumas restrições que serão examinadas nesta reflexão. Uma análise sobre os efeitos da reestruturação produtiva e da globalização alicerçada em dados empíricos exige a apropriação de informações atualizadas. Como no Brasil foi na última década que ocorreram os principais fenômenos capazes de dar conta dessa problemática, essa atualização só ocorrerá após a publicação do Censo 2000.

⁵ A perspectiva é de que se configura um “novo tipo histórico de cidade”, a cidade global, distinto tanto na estrutura econômica como nas estruturas social e espacial resultantes.

⁶ Essa hipótese se expressa em duas vertentes: uma que enfoca as mudanças na estrutura social em conjunto; e outra que se restringe à análise da “nova pobreza urbana” (Lago, 2000).

Ribeiro e Lago (2000) identificam dois eixos no debate: um marcado pelo confronto entre teorias da globalização polarizadas pelos paradigmas da pós-industrialização e do pós-fordismo; e outro que procura submeter à prova empírica a hipótese da tendência à dualização e à polarização social.⁷

No pós-fordismo e na pós-industrialização, expressam-se duas visões dessas tendências que estão em oposição. O pós-fordismo está focalizado na produção industrial e centra-se na análise das mudanças nas técnicas produtivas e nas relações sociais. Observa-se, ainda, a ocorrência de uma redistribuição territorial do trabalho. Na visão pós-industrial, a economia está centrada no terciário superior, o chamado “modo de produção informacional”, sendo representativos os estudos de Castells, ou no par capital financeiro e serviços, sobressaindo-se os trabalhos de Friedman, Wolf e Sassen (Preteceille, 1994). Nessa concepção, a ênfase recai nas atividades do terciário superior e serviços, como elementos dinâmicos da economia, e nas tecnologias que garantam seu desenvolvimento e preponderância (transportes e tecnologias ligadas à circulação e ao tratamento da informação).

As repercussões dessas perspectivas, quando se trata de analisar as mudanças no mercado de trabalho e na evolução das classes e categorias sociais são diferentes. Na visão “industrial”, com o declínio da indústria “fordista” cresce a parcela de trabalho qualificado e se reduz o menos qualificado. Ou seja, há aumento das categorias médias qualificadas, ligadas diretamente à produção (e das categorias necessárias à reprodução destas — ensino, formação); das categorias médias e superiores ligadas à pesquisa, desenvolvimento, concepção, *design*, organização; e decrescem categorias tradicionais de operários qualificados e não qualificados. Sob o ponto de vista “pós-industrial”, nos marcos propostos por Sassen, o que se verifica é uma desindustrialização, uma terciarização e uma dualização do mercado de trabalho. O pressuposto subjacente é de que as mudanças sociais das duas últimas décadas decorrem das alterações no mercado de trabalho, que têm origem na crise do regime fordista (Lago, 2000). Trata-se de um deslocamento de uma economia baseada na manufatura para uma baseada na informação, com correspondente queda do emprego industrial e aumento do emprego em serviços, acompanhado de mudança na hierarquia social. Para Sassen, a tendência à dualização social é incontestável e deriva de transformações tecnológicas, especialmente as ligadas à expansão

⁷ Os autores remetem o paradigma da pós-industrialização aos trabalhos **The Informational City**, de Castels, publicado em 1989, e **The global cities**, de Saskia Sassen, de 1991. O paradigma do pós-fordismo é representado por Preteceille (1994) e Storper (1994). O eixo que enfatiza a comprovação empírica, segundo os autores, tem exemplos em Hamnett, que trata das mudanças sócio-econômicas em Londres, num estudo de 1995, e Maloutas, que analisa a segregação e as relações familiares em duas cidades gregas, em pesquisa também publicada em 1995.

do setor informacional e da financeirização da economia global (Sassen, 1991). A divisão social e espacial do trabalho transforma-se com o declínio da atividade industrial e o incremento das atividades financeiras e dos serviços produtivos e pessoais.

Na tese da *global city*, o ponto de partida é a idéia de que se verifica uma transformação do papel das cidades que passam a integrar as redes da economia mundial. Sassen questiona as teorias que vêem uma redução da importância econômica das cidades em função do desenvolvimento das telecomunicações e da dominância das indústrias da informação sobre a indústria tradicional, mostrando que mesmo as formas mais avançadas de economia capitaneada pelas indústrias de informação têm seu desenvolvimento associado a condições materiais cuja produção está ligada ao lugar.⁸

Segundo Sassen (1998), o estabelecimento do tipo de economia alicerçado na indústria da informação, nas duas últimas décadas, deu-se, especialmente, nas grandes metrópoles, assentado em um contingente de profissionais altamente qualificados e bem remunerados e, ao mesmo tempo, em um contingente de trabalhadores menos qualificados e de não menos importância, como secretárias, faxineiros, trabalhadores de manutenção, sendo que o contingente de trabalhadores menos qualificados permanece intimamente vinculado ao lugar. Isso ocorre tanto nas grandes indústrias modernas, intensivas em capital, como também no setor de prestação de serviços.

Como conseqüência, nessas metrópoles haveria a emergência de uma nova estrutura social caracterizada por uma polarização social, tanto em termos da estrutura sócio-profissional quanto da distribuição da renda. A reconfiguração das classes médias e seu encolhimento, juntamente com as transformações no operariado industrial, estariam ocorrendo em função das mudanças na estrutura produtiva e nos padrões organizacionais e tecnológicos. Desaparecem algumas ocupações típicas das classes médias, desqualificam-se outras e surgem novas profissões ligadas à expansão das funções de gestão. Nas palavras de Sassen (1998):

⁸ Sobre as mudanças no papel das cidades, Sassen afirma que "(...) as transformações ocorridas durante as duas últimas décadas na composição da economia mundial, acompanhando a mudança na direção de prestação de serviços e das finanças, suscita a renovada importância das grandes cidades como locais destinados a certos tipos de atividades e funções. Na atual fase da economia mundial, é precisamente a combinação da dispersão global das atividades econômicas e da integração global, mediante uma concentração contínua do controle econômico e da propriedade, que tem contribuído para o papel estratégico desempenhado por certas grandes cidades, que denomino cidades globais" (Sassen, 1998, p. 16). "As cidades globais são lugares-chave para os serviços avançados e para as telecomunicações necessárias à implementação e ao gerenciamento das operações econômicas globais. Elas também tendem a concentrar as matrizes das empresas (...)" (Idem, p.35).

“O resultado global é uma tendência a um aumento da polarização econômica. Quando nos referimos à polarização no uso da terra, na organização dos mercados de trabalho, no mercado imobiliário e na estrutura de consumo, não queremos afirmar necessariamente que a classe média está desaparecendo. Estamos nos referindo, antes, a uma dinâmica por meio da qual o crescimento contribui mais para a desigualdade do que para a expansão da classe média (...).”

“(...) Nossa argumentação é que, embora os estratos médios ainda constituam a maioria, as condições que contribuíram para sua expansão e para seu poder político e econômico — a centralidade da produção em massa e o consumo maciço, no que diz respeito ao crescimento econômico e à realização dos lucros — foram postas de lado por novas fontes de crescimento. Não se trata simplesmente de uma transformação quantitativa. O que vemos aqui são os elementos de um novo regime econômico” (Idem, p. 150).

Do mesmo modo, a reestruturação econômica, característica da cidade global, traria dualização espacial, pois, como sintetiza Preteceille em sua análise da tese pós-fordista, através da ação de mecanismos do mercado fundiário e imobiliário, haveria uma

“(...) apropriação cada vez mais exclusiva dos espaços mais valorizados-procurados-bem atendidos, etc. pelas funções que fornecem maior lucro (funções financeiras e serviços anexos) ou que correspondem ao consumo de luxo (moradia das classes abastadas, hotéis e restaurantes de luxo, galerias e lojas de modas...)” (Preteceille, 1994, p. 79).

Ao mesmo tempo, em certos locais, como os antigos bairros decadentes, concentrar-se-iam os pobres, os excluídos, os sem abrigo, os marginalizados, os desempregados e os imigrantes. No nível do espaço urbano, portanto, as consequências da polarização da estrutura social seriam: de um lado, a apropriação cada vez mais exclusiva dos espaços de maior valorização, por concentrarem as atividades de ponta e o consumo e moradia de luxo; e, de outro, a formação de espaços exclusivos da pobreza, conformando uma cidade dual, dividida, um espaço fragmentado.

Contudo essa visão não é consensual entre os pesquisadores do tema. No debate sobre a cidade na economia globalizada, deparamo-nos com a posição de alguns autores que criticam a tese da dualização, em especial seu substrato eminentemente econômico, tal como é descrita por Sassen. Ou seja, são teóricos que não assumem a inexorabilidade da polarização social como resultado direto e imediato da reestruturação econômica, interpolando outras mediações. Na seqüência do texto, é sintetizada a posição de alguns autores que abordam

a complexidade das relações sociais, da estrutura social e da apropriação do espaço no contexto da realidade atual, levando em consideração outros condicionantes além dos econômicos, tais como os políticos, os culturais, os tecnológicos, os sócio-demográficos e, inclusive, a relação que se estabelece entre a esfera pública e a privada.

Para Marcuse (2000), a escala social na grande metrópole pode ser dividida em cinco categorias. Mais importante, porém, é observar que há uma divisão crescente na base da estrutura (embaixo), entre a classe trabalhadora e os mais pobres, amplamente excluídos, ao menos da economia formal, cada vez mais empobrecidos e até sem teto. Segundo o autor, as mudanças na riqueza e na pobreza aparecem nas cinco categorias da população. Há aumento da riqueza e do poder para os já possuidores da riqueza e para os que tomam as decisões. Os profissionais, técnicos, administradores, ganhadores no processo de mudança econômica, experimentam um grande aumento em números e, muitas vezes, em renda e em privilégio, mas que vem acompanhado por certa insegurança quanto ao *status*. A classe média, constituída por funcionários públicos e trabalhadores qualificados, sofre um declínio em número e uma perda de *status* e de segurança. A velha classe trabalhadora sofre uma continuada erosão de seu padrão de vida e um declínio de seu poder de barganha econômico e político. Os excluídos e os marginalizados, por fim, são cada vez mais expulsos do fluxo principal da atividade econômica, não sendo mais necessitados, nem como “exército de reserva”, ficando sem perspectivas de melhora de sua situação através de canais econômicos normais e usados como ameaça aos melhor posicionados.

Para melhor expressar essa divisão, Marcuse vale-se da expressão “*quartered city*”, através da qual descreve sua visão em relação aos resultados espaciais da “nova” estratificação social. Assim sendo, tal como a segregação dos excluídos, os “perdedores da mudança econômica”, deve ser legitimada com referência à sua fragilidade e aos males que pode provocar, também a classe trabalhadora buscará localizar-se em áreas distantes daquelas por eles ocupadas. A classe média, considerando a fluidez que separa a classe trabalhadora dos excluídos, tratará de se separar de ambos. Por sua vez, os que estão no topo da hierarquia e os profissionais, técnicos, administradores, ligados a eles, buscando sua segurança, estarão preocupados em se distanciarem dos que estão abaixo (Marcuse, 2000).

Segundo o autor, a mudança tecnológica e a internacionalização são, na essência, socialmente neutras. Teoricamente são mais benéficas do que negativas, já que promovem aumento de produtividade e fazem crescer o “bolo” da economia. Observa-se, porém, uma crescente polarização social, cujo substrato seriam não simplesmente as mudanças econômicas e do mercado de trabalho, mas a concentração do controle privado sobre a atividade econômica e o declínio do controle público sobre ela.

Na perspectiva de Castells (1999), que não deixa de identificar um processo de dualização da estrutura social, o papel da reestruturação produtiva como fator determinante das mudanças sociais em curso é relativizado. Ele enfatiza o significado das alterações nas funções do Estado e a influência da diminuição drástica do poder de organização dos trabalhadores nesse processo. A tendência de deterioração das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, que caracteriza a transição para uma “sociedade informacional e uma economia global”, não tem origem na lógica estrutural do modelo, mas resulta, em grande parte, da ação de políticas das empresas e do Estado, que incidem sobre as relações entre capital e trabalho. Segundo o autor, os sindicatos, que constituem o maior obstáculo às estratégias dominantes de reestruturação dessas relações, têm se mostrado enfraquecidos, em função de:

“(…) sua inadaptabilidade à representação de novos tipos de trabalhadores (mulheres, jovens, imigrantes), à atuação em novos locais de trabalho (escritórios do setor privado, indústrias de alta tecnologia) e ao funcionamento das novas formas de organização (a empresa em rede em escala global)” (Castells, 1999, p. 298).

Na abordagem sobre a cidade de Nova Iorque, Castells observa uma tendência de dualização do mercado de trabalho, vinculando esse fenômeno, na sua manifestação espacial, com variáveis das dimensões política e cultural (Lago, 2000). Para ele, a dicotomia que está na base da cidade expressa-se na diferença entre o centro organizado e a periferia desorganizada, isto é, entre capacidades diferenciadas de organização. Para o autor, a forma de dominação na sociedade informacional tem substrato na capacidade organizacional da elite dominante que se desenvolve junto com sua capacidade:

“(…) de desorganizar os grupos da sociedade que, embora constituam maioria numérica, vêem (se é que vêem) seus interesses parcialmente representados apenas dentro da estrutura de atendimento dos interesses dominantes. A articulação das elites e a segmentação e desorganização da massa parecem ser os mecanismos gêmeos da dominação social em nossas sociedades” (Castells, 1999, p. 440).

A expressão dessa lógica de dominação no espaço urbano é, por um lado, a formação, pelas elites, de comunidades simbolicamente segregadas e protegidas pela barreira material dos preços dos imóveis, e, no processo de distinção cultural das elites, a criação de um estilo de vida, projetado em formas espaciais unificadas em todo o mundo, e, portanto, relativamente segregado, tais como as redes internacionais de hotéis, os *spas*, e as salas VIPs de aeroportos. De outro lado, a lógica de dominação no espaço urbano pode ser evidenciada tendo em vista que:

“(...) organiza-se uma série de hierarquias sócio-espaciais simbólicas, de forma que os níveis inferiores possam refletir os símbolos de poder e apropriar esses símbolos construindo comunidades espaciais de segunda ordem. Estas, por sua vez, também tenderão a isolar-se do resto da sociedade em uma sucessão de processos hierárquicos de segregação que, juntos, são equivalentes à fragmentação sócio-espacial” (Castells, 1999, p. 441).

Já Preteceille (1996) discorda da visão que prognostica um inquestionável processo de polarização acompanhando a globalização. Entende que as atividades mais globalizadas constituem uma parte pequena no emprego urbano e que algumas ocupações médias se expandiram nos anos 80, como é o caso das categorias médias técnicas e qualificadas, que crescem em função das tecnologias informatizadas. O autor procura dar sustentação à sua crítica, utilizando resultados de investigações empíricas sobre grandes cidades européias. Pesquisas sobre Londres e Paris⁹ não encontraram essa bipolarização das estruturas sociais e espaciais, embora constatando o crescimento das desigualdades sociais em termos de renda (Preteceille, 1996).¹⁰ Chama atenção para o fato de que as clivagens existentes, que têm se acentuado com as mudanças econômicas e urbanas mais recentes, não são um fenômeno novo. Mostra, inclusive, que, há três séculos atrás, a existência de classes sociais, definidas pela divisão do trabalho, era amplamente considerada nos estudos sociológicos como um fator de diferenciação dos espaços urbanos. Não por outra razão remete aos estudos de Engels e outros, que, já no século passado, observavam a divisão social nas cidades.

Aliás, Preteceille (1996) levanta, ainda, a indagação acerca da atualidade da categoria classes sociais para entender as formas atuais de segregação urbana, tendo em vista as transformações sociais recentes, quais sejam, a redução do operariado industrial e o aumento das categorias médias e superiores assalariadas e do proletariado terciário. Para o autor, ainda continua em aberto o debate sobre a pertinência atual do esquema marxista, ou seja, sobre o efeito estruturante maior da divisão do trabalho e das relações de produção na determinação da estratificação social.

⁹ Pesquisa sobre a divisão social em Paris mostrou que os espaços mais polarizados (categorias abastadas e operários) reúnem 42% da população. 60% vive em espaços onde é mais complexa a estrutura social (Preteceille, 1996).

¹⁰ No Brasil, não encontramos muitos trabalhos sobre os efeitos da globalização e da reestruturação na configuração social das grandes cidades. Mais recentemente, temos o conjunto de pesquisas sobre as metrópoles brasileiras que vem sendo desenvolvido sob a coordenação do Observatório. Nessas pesquisas, os resultados encontrados, como mencionamos anteriormente, são análogos aos obtidos para cidades européias, onde a configuração das estruturas sociais e espaciais é mais complexa, reforçando a tese de que não há um modelo único de globalização (Ribeiro, 1999; Taschner, Bógus, 1999; Souza, Teixeira, 1999).

Também Storper (1994) não identifica uma tendência irrefutável de polarização social. Como na sua perspectiva não há um modelo único de resposta à globalização, seria através do desenvolvimento de uma “economia do aprendizado”¹¹ que os países, regiões ou localidades poderiam obter uma inserção diferenciada na economia global que não fosse, necessariamente, excludente em termos da situação de segmentos sociais no mercado de trabalho.

Do mesmo modo, Putnam, Leonardi e Nanetti (1993), a partir de sua análise da experiência de desenvolvimento regional implementada na Itália nos anos 70, constata que há espaço para a construção de projetos próprios de desenvolvimento regional, o que estaria na dependência do desenvolvimento maior ou menor de um “capital social”.¹²

Tendo em vista a diversidade de aspectos que podem ser enfocados e considerando o caráter recente das profundas mudanças em curso, o caminho mais fértil para avançar na discussão sobre os impactos sociais e urbanos da globalização e da reestruturação é o da pesquisa empírica e o estudo de diferentes casos. Na verdade, estamos longe de alcançar consenso a respeito de quais seriam os efeitos sociais dos processos econômicos, particularmente sobre a sua dimensão de inevitabilidade e sobre os fatores que interferem na determinação das tendências de aumento das desigualdades sociais. Por outro lado, é necessário, ainda, aprofundar o debate sobre as opções teóricas e metodológicas que perpassam as investigações sobre as metrópoles, de modo a construir um conhecimento assentado em bases científicas. É o que ensaiaremos no próximo tópico.

Espaço social, classes e divisão social do espaço

As pesquisas que buscam identificar empiricamente as mudanças no mercado de trabalho e no espaço urbano partem, em geral, das informações disponíveis sobre ocupações, organizando-as em função das posições hierárquicas que detêm na estrutura social e espacial. Trata-se de avaliar a divisão social do espaço em relação às características da população, referentes ao

¹¹ É importante mencionar que no conceito de economia do aprendizado (*learning economy*) está envolvida a idéia de ação concertada entre atores, ou seja, da necessidade de se produzirem convenções sociais entre forças políticas locais ou regionais. Ou seja, na definição do conceito, não é somente a questão econômica que está em jogo, mas também a dimensão política.

¹² Para Putnam, um maior ou menor “capital social” resulta do desenvolvimento histórico de uma região e envolve, dentre outras coisas, a presença de uma “cultura cívica”, favorecedora da coordenação entre os agentes locais.

lugar que ocupa nas relações econômicas, posição que é traduzida em categorias sócio-ocupacionais. Está por trás dessa construção uma visão de sociedade estratificada em classes, estratificação que se constitui na divisão a partir da qual se pode compreender a hierarquia social. A estrutura espacial apresentarse-ia, portanto, como reflexo da divisão em classes, embora alguns outros fatores, tais como divisões étnoraciais, de gênero, características das políticas públicas, formas locais de gestão, dentre outros, venham a desempenhar relevante papel na hierarquização social e espacial das cidades.

O ponto de partida, no caso das pesquisas sobre as metrópoles brasileiras coordenadas pelo Observatório, é uma concepção multidimensional da estruturação do espaço social, na qual este é visto enquanto "(...) conjunto de relações que definem posições e condicionam os atributos dos indivíduos por elas distribuídos (...)", entendendo a estrutura social "(...) como, simultaneamente, um espaço de posições sociais e um espaço de indivíduos ocupando estes postos e dotados de atributos sociais desigualmente distribuídos e ligados às suas histórias" (Ribeiro, Lago, 2000, p. 1, 2).

A noção de espaço social é remetida ao conceito formulado por Bourdieu (1989), para quem o mundo social pode ser representado como um espaço multidimensional construído com base em princípios de diferenciação ou de distribuição. Esses princípios são constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social e que são apropriadas para conferir poder a quem as detém. Os agentes e grupos de agentes são definidos pelas suas posições relativas nesse espaço, posições que são identificadas segundo princípios de diferenciação, que seriam, basicamente, o capital econômico e o capital cultural. O capital "(...) representa um poder sobre um campo (num dado momento) e, mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (em particular sobre o conjunto dos instrumentos de produção)" (Bourdieu, 1989, p. 134). Em consequência, representa, também, um poder sobre os mecanismos que contribuem para garantir a produção de uma categoria de bens e, portanto, sobre rendimentos e ganhos, ou seja, sobre a distribuição dos bens sociais.

As posições relativas dos agentes no espaço social são identificadas pelo volume dos capitais que detêm e pela estrutura desses capitais e se explicitam em oposições. Assim, num primeiro nível, opõem-se os que detêm grandes volumes de capital e os que não detêm, e, num segundo nível, essa relação se estabelece a partir do peso de cada tipo de capital detido, ou seja, quem tem mais capital econômico e menos capital cultural se opõe a quem tem mais capital cultural e menos econômico. Existem posições dominantes e dominadas, nos diferentes campos — cultural, econômico, social, etc. —, sempre em luta, embora não se traduzam, necessariamente, em grupos antagônicos.

O conhecimento do espaço de posições permite recortar classes no sentido lógico do termo, como um conjunto de agentes que ocupam posições se-

melhantes, e que, postos em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos similares, têm probabilidade de desenvolverem atitudes e interesses também próximos, e, portanto, práticas e posições também aproximadas. Seriam classes no papel, com existência teórica. As classes que se pode recortar no espaço social não existem como grupos reais, embora expliquem a probabilidade de se constituírem em grupos práticos, famílias, associações, sindicatos, etc.

Bourdieu (1989) anuncia que são necessárias rupturas com a teoria marxista para a construção de uma teoria do espaço social. São três ordens de rupturas: com o substancialismo (privilegiar os grupos reais em detrimento das relações); com o economismo (redução do campo social ao campo econômico); com o objetivismo (que ignora as lutas simbólicas).

No que diz respeito à teoria marxista de classes sociais, Bourdieu (1996) entende que a proximidade no espaço social predispõe à aproximação, torna a abordagem e até a mobilização mais fáceis, o que não significa que elas constituam uma classe no sentido marxista, que para o autor seria um "(...) grupo mobilizado por objetivos comuns e particularmente contra outra classe". As classes construídas, teóricas, embora não se constituam em classes reais, estão predispostas a se tornarem classes no sentido marxista do termo. Para Bourdieu, só se passa de "classe-no-papel" à classe real por um trabalho político de mobilização, por uma luta de classificações como luta simbólica, e política, para impor uma visão do mundo social. As classes sociais não existem, o que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de um modo virtual, "como algo que se trata de fazer" (Bourdieu, 1996, p. 27).

A respeito dos efeitos espaciais, físicos, da estruturação do espaço social, Bourdieu (1999) afirma que os lugares e os locais do espaço social e os benefícios que eles proporcionam são resultados de lutas dentro dos diferentes campos.¹³ Os ganhos de espaço podem tomar a forma de ganhos de localização, que podem ser analisados em dois tipos: de um lado, as rendas associadas à proximidade com agentes e bens raros e cobiçados (como os equipamentos educacionais, culturais ou de saúde), e, de outro, os ganhos de posição ou classe (como os que são assegurados por um endereço de prestígio). Já os ganhos de ocupação (ou acumulação) são identificados quando a posse de um espaço físico pode "manter a distância" ou excluir toda aproximação "indesejável".

¹³ Para o autor, o espaço geográfico e o espaço social nunca coincidem completamente. No entanto, muitas diferenças, em geral associadas ao efeito do espaço geográfico, como a oposição centro-periferia, são decorrentes da distância no espaço social, ou seja, da distribuição desigual das diferentes espécies de capital no espaço geográfico.

“O capital permite manter a distância, as pessoas e as coisas indesejáveis ao mesmo tempo que aproximar-se das pessoas e coisas desejáveis (por causa, entre outras coisas, de sua riqueza em capital), minimizando, assim, o gasto necessário (principalmente em tempo) para apropriar-se deles: a proximidade no espaço físico permite que a proximidade no espaço social produza todos os seus efeitos facilitando ou favorecendo a acumulação de capital social e, mais precisamente, permitindo aproveitar continuamente encontros ao mesmo tempo casuais e previsíveis que garante a freqüência a lugares bem freqüentados (...) O bairro chique (...) consagra simbolicamente cada um de seus habitantes, permitindo-lhe participar do capital acumulado pelo conjunto dos residentes: ao contrário, o bairro estigmatizado degrada simbolicamente os que o habitam, e que, em troca, o degradam simbolicamente, porquanto, estando privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão sua comum excorunhão. A reunião num mesmo lugar de uma população homogênea na desposseção tem também como efeito redobrar a desposseção, principalmente em matéria de cultura e de prática cultural: as pressões exercidas, em escala de classe ou do estabelecimento escolar ou em escala do conjunto habitacional pelos mais carentes ou os mais afastados das exigências constitutivas da existência ‘normal’, produzem um efeito de atração, para baixo, portanto, de nivelamento, e não deixam outra saída que a fuga (na maioria das vezes interdita pela falta de recursos) para outros lugares.” (Bourdieu, 1999, p. 164 e 166).

Para Bourdieu, portanto, a capacidade de dominar o espaço, sobretudo apropriando-se, material e simbolicamente, de bens raros, sejam públicos ou privados, vai depender do capital que se possui. Inversamente, quem não possui capital é mantido à distância, física ou simbolicamente, dos bens socialmente raros. Além disso, esclarece, muito apropriadamente, que o poder sobre o espaço, conferido pelo capital, significa também um poder sobre o tempo, uma vez que o tempo de deslocamento na cidade depende do acesso aos meios de transporte.

No processo de apropriação do espaço pelos grupos e pelos agentes sociais, verificam-se lutas, que podem assumir uma forma individual, através da mobilidade espacial intra ou intergeracional. A disputa pelo espaço pode ter, por outro lado, caráter coletivo, ou seja, são lutas que se travam, em nível nacional, em torno das políticas habitacionais ou, em nível local, a respeito da construção e distribuição de moradias sociais ou de equipamentos públicos. O autor ressalta o papel da política do Estado, que dispõe de um poder muito grande sobre o espaço em função de sua influência, especialmente na constituição dos mercados do solo e da moradia (Ibidem).

Podemos constatar que, para Bourdieu, existe relação entre a estrutura social e a estrutura espacial, relação que se dá a partir do caráter determinante que tem o capital, principalmente o econômico, no processo de apropriação dos lugares, de residência e de estabelecimento dos diferentes agentes sociais. Entretanto essa relação é mediada por fatores que se situam em outros campos, como o político e o cultural, que podem alterar o poder de escolha de localização dos agentes mais bem posicionados na escala do capital econômico. Se assim não fosse, encontraríamos as cidades fragmentadas em espaços totalmente homogêneos.

A respeito desse esquema teórico, alicerçado na teoria social de Bourdieu e que permite a construção de uma base para a compreensão da estrutura social e espacial das cidades, consideramos pertinente discutir uma das questões que nos parece central, qual seja, a problemática que envolve o conceito de classes sociais. A ótica de Bourdieu frente à perspectiva marxista de classes merece ser analisada, uma vez que a clareza sobre as diferenças marcantes que identificamos nas duas visões interfere na leitura que podemos fazer da realidade em pauta.

Marx entende as classes sociais dentro de um processo real de contradição, que opõe proprietários dos meios de produção e vendedores de força de trabalho. Quando define os conceitos de “classe em si” e “classe para si”, Marx introduz a questão da tomada de consciência sobre essa contradição e da dimensão de politização da divisão social. Mas a existência das classes, mesmo sem a consciência, é real, está inscrita em um processo de produção real, onde a contradição vai impor as diferenças sociais e as oposições e conflitos.

Se olharmos mais profundamente o pensamento de Bourdieu, veremos que para ele não existe o corte que coloca em contradição proprietários dos meios de produção e vendedores de força de trabalho, contradição que é real e que constitui fator central na dinâmica da sociedade, segundo o referencial marxista. Em Bourdieu a “teoria de classes” aparece como um esquema classificatório, onde se pode organizar grupos e subgrupos sociais com base em princípios de divisão, que se estabelecem a partir da posse de capitais (econômico, cultural, etc.). O campo econômico é, para o autor, elemento dominante em relação aos demais campos, que se encontram a ele subordinados, assim como o capital econômico é o responsável pelo poder das frações dominantes da sociedade. As classes lutam entre si para obterem melhor posição na hierarquia social, sem que com isso se produzam, necessariamente, profundas mudanças na sociedade. De qualquer maneira, para Bourdieu, os processos de mudança em relação a condições estruturais de organização da sociedade são difíceis, especialmente em função da idéia que tem sobre os mecanismos de reprodução

social.¹⁴ Os desdobramentos desse enfoque, frente à aplicabilidade dos resultados do trabalho de pesquisa empírica, devem ser bem avaliados, para que se possa identificar os espaços de intervenção possíveis e potencialmente transformadores, tendo em vista os processos em curso.

Na verdade, Bourdieu, embora acene para um rompimento com a teoria e a epistemologia marxista, chega a um esquema “explicativo” em que, em síntese, o fator realmente dominante na conformação da hierarquia social é o “capital econômico”, demarcando um campo de oposição entre quem a ele tem acesso e quem não tem. E, nos perguntamos, como se define esse acesso, se não a inserção na produção, a forma como estão definidas as relações de produção? O problema com que nos deparamos, na concepção de Bourdieu, é que os campos econômico e político, assim como o cultural, se encontram relativamente dissociados, ao contrário da postura epistemológica de Marx, em que a realidade é concebida na sua estrutura dialética e articulada, sendo as classes sociais uma manifestação do modo de produção dominante, que se define pelas relações que se estabelecem entre as classes. A existência de classes está baseada, portanto, nas posições que os homens ocupam na produção, e o antagonismo de classe é um fenômeno político, sendo, porém, esses dois níveis intimamente unidos, ainda que não coincidam (Cavalli, 1988).

Devemos esclarecer que essa questão teórico-metodológica se constitui em fértil campo de discussão. Não obstante, consideramos a postura epistemológica de Bourdieu limitada em função das implicações que tem na dimensão política de compreensão dos fenômenos sociais e urbanos. Porém seu esquema analítico tem a virtude de permitir a organização de informações relevantes para se captar a estrutura sócio-espacial das metrópoles. Isto porque o sistema classificatório proposto pelo autor foi desenhado para estudos empíricos, permitindo um jogo de classificações e correlações que sistematiza dados e situações, tornando-se relevante na fase de descrição dos fenômenos, para situar as posições sociais e espaciais (hierarquias) dos diferentes agrupamentos sociais. Como veremos a seguir, a incorporação desse esquema à pesquisa sobre as metrópoles brasileiras está pautada no pressuposto metodológico da centralidade do trabalho enquanto categoria estruturadora das relações sociais.

¹⁴ Para ele, o espaço das posições sociais traduz-se num espaço de tomadas de posição intermediado pelo espaço das disposições (*habitus*). “A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo.” (Bourdieu, 1996, p. 21, 22). Esses condicionamentos, na medida em que estão incorporados e fazem a mediação entre a posição social dos agentes e suas práticas, tendem a funcionar como mecanismos de “reprodução” da situação vigente.

Categorias sócio-ocupacionais: uma leitura da estrutura social urbana

Nesse ponto do texto, é necessário realizarmos algumas considerações sobre o significado das categorias sócio-ocupacionais como instrumentos para se estabelecer um determinado grau de conhecimento da estrutura social urbana.

A referência inicial para o trabalho de construção de um conjunto de categorias sócio-ocupacionais (CATS) que orientaram a pesquisa sobre as metrópoles brasileiras do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre¹⁵ foi o sistema de classificação das profissões na França (CSP), criado no início dos anos 50 e aperfeiçoado desde então pelo Institut National d'Économie et Statistique (INSEE) e usado como instrumento de análise de várias questões, mais recentemente da estrutura sócio-espacial (Ribeiro, Lago, 2000).¹⁶

Para pensarmos uma estrutura ocupacional que expressasse a hierarquia da sociedade urbana/metropolitana brasileira, o primeiro ponto considerado para a estruturação da pesquisa foi procurar o que Ribeiro e Lago (2000) definem como "evidências de reconhecimento social", e, nesse sentido, os critérios de classificação buscaram guardar coerência estatística e coerência cognitiva, traduzidas em categorias que pudessem localizar os indivíduos nas posições sociais que formam a divisão social do trabalho vigente e cujo agrupamento represente posições sociais ou classes de posições com certa homogeneidade social.

Para atingirmos tal propósito, foi significativa a contribuição teórica de Desrosières e Thévenot (2000), que partem da idéia de representação para ex-

¹⁵ As categorias sócio-ocupacionais resultam do agrupamento de ocupações segundo critérios que estão descritos neste texto. Elas são constituídas por oito grandes grupos, que conformam uma hierarquia social que começa, no topo, com a elite dirigente e intelectual, seguida pela pequena burguesia e pela classe média (categorias médias) e, logo abaixo, pelos trabalhadores dos serviços e da indústria e, por fim, pelos subproletários, que incluem os empregados domésticos, ambulantes e biscateiros. As ocupações agrícolas formam um grupo separado. O detalhamento da composição das CATS pode ser encontrado em Mammarella, Barcellos, Koch (2001).

¹⁶ A história da nomenclatura sócio-profissional utilizada na França data do século XIX e apresenta, segundo Desrosières e Thévenot (2000), três grandes fases: a primeira, marcada ainda pela organização nos *métiers* (baseada na relação mestre-aprendiz), que dominava no *Ancien Régime*; a segunda, a partir de 1850, assiste à emergência paulatina da distinção entre assalariados e não assalariados (acompanhando a industrialização); a terceira, depois dos anos 30, caracteriza-se pela introdução de uma hierarquia dos assalariados, segundo níveis vinculados ao sistema de formação (relacionada com o avanço e a democratização da escolarização). Nessa história, podem ser encontrados os elementos que conferem singularidade à nomenclatura francesa frente aos equivalentes de outros países industrializados. Durante esse tempo, os grupos profissionais e, depois, as diversas hierarquizações estatutárias constituíram fortes meios de identificação das pessoas.

plicar as aproximações, em relação às escalas sociais, que podemos obter a partir dos estudos empíricos. Segundo esses autores, toda categorização social envolve três maneiras distintas de olhar essa noção. Pode estar referenciada a uma representação científica e técnica, no sentido da representatividade estatística, permitindo montar uma redução simplificada da sociedade. Está também em questão uma representação política, ou seja, parceiros sociais numa mesa de negociação como mandatários de diferentes grupos profissionais. Finalmente, está em causa uma representação cognitiva das categorias sócio-profissionais, ou seja, uma imagem mental que nos serve, no quotidiano, para nos identificarmos e identificarmos aqueles com quem estabelecemos relações. Desde esse ponto de referência, a preocupação central tem sido a de que as posições hierárquicas na estrutura social tenham ressonância com os princípios segundo os quais a sociedade brasileira reconhece as distinções das hierarquias sociais e políticas (Ribeiro, Lago, 2000).

Em termos de equivalentes empíricos, as categorias sócio-ocupacionais que conformam a estrutura social das quatro metrópoles em estudo foram definidas a partir de variáveis relativas à natureza das atividades e à posição na ocupação, bem como aos setores econômicos onde são exercidas, tendo por fonte as informações censitárias. O pressuposto metodológico é o da **centralidade do trabalho** na estruturação e no funcionamento da sociedade, o que atribui à variável ocupação o potencial de expressar, também, informações sobre renda, nível de instrução e estilo de vida (Ribeiro, 2000).

Os critérios que estão na base da construção das categorias sócio-ocupacionais, enquanto instrumentos aptos a captarem a segmentação social na realidade brasileira, são definidos por Ribeiro e Lago (2000) a partir de um conjunto de oposições. A primeira dá conta da **relação capital e trabalho**, principal divisão da sociedade capitalista, cuja referência básica é a oposição de classes, o que se traduz, na hierarquia que organiza as ocupações, na distinção empregados/empresários. Na segunda, temos a relação entre **grande e pequeno capital**, a partir da qual é possível captar uma das características da economia capitalista atual, ou seja, "(...) a segmentação da estrutura produtiva entre as corporações capitalistas e os pequenos e micro-capitalistas organizados em empresas muitas vezes familiares ou pessoais" (Ribeiro, Lago, 2000). A terceira oposição refere-se à divisão entre **assalariamento e trabalho autônomo**, nas suas diferentes formas de manifestação, e se expressa no par autonomia-subordinação. A quarta destaca a relação **trabalho manual versus não-manual**, tendo referência na divisão técnica do trabalho e na forma como historicamente se desenrolou o processo de industrialização, bem como no modo como a tradição escravista se incorporou ao sistema de representações na cultura do país, traduzindo posições hierarquicamente diferenciadas. A identificação da hierarquia das ocupações não-manuais, segundo exigência de

maior ou menor responsabilidade, foi feita levando em conta a oposição entre atividades de controle e de execução. As ocupações manuais foram classificadas segundo a inserção nos setores Secundário ou Terciário da economia, uma vez que o operariado industrial ocupa uma posição peculiar na estrutura social, tendo em vista o significado histórico que ele traduz em termos do processo de industrialização e de organização sindical. Dentro do proletariado secundário, as ocupações foram agrupadas levando em consideração a inserção nos segmentos modernos ou tradicionais da indústria.

A construção de um sistema classificatório de categorias sócio-ocupacionais envolve o enfrentamento de muitas dificuldades e limitações de ordem teórica e metodológica. De um lado, como já foi sinalizado no tópico anterior, existe toda a problemática em torno da questão das classes sociais, que, embora não seja o tema central sobre o qual estejamos nos debruçando nesse momento, não pode ser desconsiderado num contexto em que as formas capitalistas de produção assumem contornos mais complexos com a globalização. Os meios e as relações de produção encontram-se em processo de grandes transformações, em que convivem setores “tradicionais” com setores modernos, com grande ascendência da informatização, das comunicações e dos fluxos do capital financeiro, estes sim relativamente desterritorializados. Contudo, esses são processos econômicos e sociais que têm uma materialidade, que engendram contradições que são reais e que conformam outras relações entre capital e trabalho. Em assim sendo, a questão em torno da qual são necessárias maiores reflexões é sobre o sentido que assume o conceito de **classes sociais**, num contexto onde o segmento industrial em moldes fordistas já não é mais o que confere, de modo predominante, dinâmica à economia. Ao mesmo tempo, tendo em vista a manutenção das oposições básicas, definidoras de uma hierarquia social, como, por exemplo, trabalho manual *versus* trabalho intelectual, como elas podem ser definidas no quadro de uma economia fundada, em grande parte, na informação?

De outro lado, a dificuldade recai sobre os próprios critérios de reconhecimento da posição que cada categoria ocupa na estrutura social. Levando em conta que o mundo do trabalho assume caráter estruturador da sociedade, uma alternativa para identificar a posição dos indivíduos na estrutura social, e com isso construir um sistema de categorias, seria levar em consideração o universo das profissões e das áreas de atuação desses indivíduos na estrutura produtiva, em todos os setores de atividade. Para tanto, o ideal seria trabalhar com variáveis de profissão, supondo haver uma correlação forte desse sistema com a hierarquia social, tendo em vista um presumido grau de formalização do mundo do trabalho, como ocorre, por exemplo, na França, onde as organizações profissionais e os sindicatos têm uma alta capacidade de desenvolver “(...) lutas de construção e afirmação das identidades que representam” (Ribeiro, Lago, 2000).

Contudo, no Brasil, as dificuldades se multiplicam, principalmente em tempos de crise e de grande instabilidade econômica e de desemprego, em que a profissão passa a não ser, necessariamente, referência para o ingresso no mercado de trabalho. Para a realidade brasileira, é necessário trabalhar com o conjunto de informações e dados estatísticos disponíveis, procurando identificar os grupos a partir da ocupação efetivamente desempenhada pelas pessoas investigadas.¹⁷ Embora limitadas, essas informações são capazes de possibilitar uma abordagem que nos aproxima do contexto metropolitano atual no que diz respeito às principais mudanças em sua estrutura social, com um escopo mínimo de comparabilidade entre diferentes realidades urbanas.

Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre (1989). **O poder simbólico**. Lisboa : DIFEL; Rio de Janeiro : Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, Pierre (1996). **Razões práticas (sobre a teoria da ação)**. Campinas : São Paulo.
- BOURDIEU, Pierre (1999). Efeitos do lugar. In: —, coord. **A miséria do mundo**. Petrópolis, R.J. : Vozes. p.159-166.
- CASTELLS, Manuel (1999). **A sociedade em rede**. São Paulo : Paz e Terra.
- CAVALLI, Alessandro (1988). Classe. In: BOBBIO, N., MATTEUSSI, N. **Dicionário de política**. Mexico : Siglo XXI. p. 266.
- CORAGGIO, José Luis (2000). A perspectiva da economia popular urbana: base para uma nova política socioeconômica na cidade. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (2000). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro : Revan; FASE. p. 553-574
- DESROSIÈRES, Alain, THÉVENOT, Laurent (2000). **Les catégories socio-professionnelles**. Paris : La Découverte.
- LAGO, Luciana Correa do (2000). **Desigualdades e segregação na Metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise**. Rio de Janeiro : Revan; Fase.

¹⁷ Os dados censitários, na medida em que se atêm ao levantamento da ocupação dos economicamente ativos, impedem-nos de conhecer a "profissão" das pessoas desempregadas e dos aposentados.

- MAMMARELLA, Rosetta, BARCELLOS, Tanya M. de, KOCH, Mirian Regina (2001). Mudanças sócio-espaciais e estrutura social da RMPA nos anos 80. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre. (no prelo).
- MARCUSE, Peter (2000). The process of globalization. In: ENCONTRO INTERNACIONAL, Porto Alegre, 1999. **Democracia, igualdade e qualidade de vida: desafios para as cidades do século XXI**. Porto Alegre. (mimeo).
- OLIVEIRA, Francisco de (2000). A política social e econômica do governo FHC. **Cadernos do CEAS**, n. 165, set./out. Capturado na Internet em 7 nov.
- PRÉTECEILLE, Edmond (1994). Cidades globais e segmentação social. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos, orgs. (1994). **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira. p. 65-92.
- PRETECEILLE, Edmond (1996). Segregação, classes e política na grande cidade. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 15-37.
- PUTNAM, Robert D., LEONARDI, Robert, NANETTI, Raffaella Y. (1993). **Making democracy work: civic traditions in modern Italy**. New Jersey : Princeton University.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (1999). Transformações da estrutura socioespacial: segmentação e polarização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: BÓGUS, Lucia M., RIBEIRO, Luiz Cesar de Q., orgs. **Cadernos Metrópole, desigualdade e governança**, São Paulo : Educ. ; FAPESP, v. 1, p.13-42.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (2000). Cidade desigual ou cidade partida? tendências da metrópole do Rio de Janeiro. In: —, org. **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro : Revan; FASE. p. 63-98.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, org. (2000a). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro : Revan ; FASE.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, LAGO, Luciana Corrêa do (2000). O espaço social das grande metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. In: WORKSHOP DE AVALIAÇÃO DO PROJETO FINEP/PRONEX, Rio de Janeiro, 2000. **Metrópoles, desigualdades sócio-espaciais e governança urbana**: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Rio de Janeiro. (mimeo).
- SASSEN, Saskia (1998). **As cidades na economia mundial**. São Paulo : Studio Nobel.

- SOUZA, Jose Moreira, TEIXEIRA, João Gabriel (1999). Desigualdade social-espaçial e migração intra-urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: BÓGUS, Lucia M., RIBEIRO, Luiz Cesar de Q., orgs. **Cadernos Metrópole, desigualdade e governana**, São Paulo : Educ.; FAPESP, v. 1, p. 99-136.
- STORPER, Michael (1994). Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado: o desafio dos países em desenvolvimento. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos, orgs. **Globalizao, fragmentao e reforma urbana**: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro : Civilizao Brasileira. p. 23-64.
- TASCHNER, Suzana Pasternak, BÓGUS, Lucia M. M. (1999). São Paulo como patchwork: unindo fragmentos de uma cidade segregada. In: B GUS, Lucia M., RIBEIRO, Luiz Cesar de Q., orgs. **Cadernos Metrópole, desigualdade e governana**, São Paulo : Educ; FAPESP, v. 1, p. 43-98.

Abstract

This paper discusses the main theoretical and methodological assumptions of a research concerned with the impact of globalization and economic restructuring on social and spacial inequalities in the Greater Porto Alegre region. This research is part of a larger institutional network that includes several Brazilian metropolitan areas. In order to understand the current changes, three aspects were specially focused. The first is the hypothesis of social polarization contained in the notion of "global city". The second are the concepts of social space and of social division of space — viewed as useful tools to explain the social inequalities that grow within the great cities. The discussion has in mind the Marxist social class view. And finally, the problems involved in the setting up of social-occupational categories that are the empirical base of this investigation as well as the difficulties related to the use of the data.